

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES AGRICULTORAS NO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO, ESTADO DE SÃO PAULO

THE IMPORTANCE OF FARMERS WOMEN IN STRENGTHENING FOOD SAFETY IN RURAL SETTLEMENT OF CÓRREGO RICO, STATE OF SÃO PAULO

LA IMPORTANCIA DE LAS MUJERES AGRICULTORES EN EL FORTALECIMIENTO DE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN UN ASENTAMIENTO RURAL DE CÓRREGO RICO, ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Margarida Theodoro Caminhas

Doutora pelo Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista – CAUNESP/Jaboticabal.
Professora do Departamento de Economia, Administração e Educação, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista – FCAV/UNESP/Jaboticabal.
ana.caminhas@unesp.br / <http://orcid.org/0000-0002-8575-0155>

Recebido para avaliação em 15/10/2019; Aceito para publicação em 02/09/2020.

RESUMO

Objetivou-se com esta pesquisa analisar a gestão feminina do autoconsumo, no contexto da Agricultura Familiar do Assentamento Rural Terra Rica, no distrito de Córrego Rico, estado de São Paulo, identificando, assim, se as famílias destas agricultoras tiveram acesso à Segurança Alimentar. Além disso, buscou-se verificar se a experiência destas agricultoras na gestão do autoconsumo, na produção dos alimentos consumidos por suas famílias, fortaleceu a prática da Agricultura Familiar. Por possuírem papel de liderança na comunidade, optou-se por entrevistar 12 agricultoras, a fim de que a sua atuação na prática da Agricultura Familiar fosse identificada. A análise das entrevistas foi complementada com registros de observações de pesquisa obtidos ao longo da participação das agricultoras em reuniões no assentamento estudado, em cursos de capacitação e em feiras agroecológicas. Estas agricultoras foram responsáveis pela gestão da produção de uma variedade de alimentos, como hortaliças, verduras, legumes, frutas, cereais, carnes, ovos, leite, queijos, doces e sucos naturais. Segundo 93% das entrevistadas, a produção destes alimentos consumidos pelas suas famílias contribuiu para a aquisição de outros gêneros alimentícios com a renda economizada neste tipo de produção. Também, 100% das agricultoras consideram que o autoconsumo possibilitou o acesso a alimentos que fortaleceram a alimentação em quantidade e qualidade nutricionais adequadas. Portanto, foi possível constatar que as mulheres são protagonistas na geração da Segurança Alimentar na prática do autoconsumo dado na Agricultura Familiar no Assentamento em Córrego Rico – São Paulo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Autoconsumo; Segurança Alimentar; Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the female management of self-consumption, in the context of Family Farming of the Rural Settlement of Córrego Rico, state of São Paulo, thus identifying if the families of these farmers had access to Food Security. In addition, we sought to verify whether the experience of these farmers in managing self-consumption, in the production of

food consumed by their families, strengthened the practice of Family Farming. As they have a leading role in the community, it was decided to interview 12 farmers, so that their role in Family Farming practice could be identified. The analysis of the interviews was complemented by records of research observations obtained during the participation of the farmers in meetings in the settlement studied, in training courses and in agroecological fairs. These farmers were responsible for managing the production of a variety of foods such as vegetables, legumes, fruits, cereals, meats, eggs, milk, cheeses, sweets and natural juices. According to 93% of respondents, the production of these foods consumed by their families contributed to the acquisition of other foodstuffs with the income saved in this type of production. Also, 100% of the farmers consider that the self-consumption allowed the access to foods that strengthened the food in adequate nutritional quantity and quality. Therefore, it was found that women are protagonists in the generation of Food Security in the practice of self-consumption given in Family Farming in the Settlement of the Córrego Rico - São Paulo.

Keywords: Family Farming; Self-Consumption; Food Safety; Women.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue analizar el manejo femenino del autoconsumo, en el contexto de la Agricultura Familiar del Asentamiento Rural del Córrego Rico, estado de São Paulo, identificando así si las familias de estos agricultores tenían acceso a la Seguridad Alimentaria. Además, buscamos verificar si la experiencia de estos agricultores en la gestión del autoconsumo, en la producción de alimentos consumidos por sus familias, fortaleció la práctica de la agricultura familiar. Como tienen un papel de liderazgo en la comunidad, se decidió entrevistar a 12 agricultores, para poder identificar su papel en la práctica de la agricultura familiar. El análisis de las entrevistas se complementó con registros de observaciones de investigación obtenidas durante la participación de los agricultores en las reuniones del asentamiento estudiado, en cursos de capacitación y en ferias agroecológicas. Estos agricultores fueron responsables de administrar la producción de una variedad de alimentos como verduras, legumbres, frutas, cereales, carnes, huevos, leche, quesos, dulces y jugos naturales. Según el 93% de los encuestados, la producción de estos alimentos consumidos por sus familias contribuyó a la adquisición de otros alimentos con los ingresos ahorrados en este tipo de producción. Además, el 100% de los agricultores consideran que el autoconsumo permitió el acceso a alimentos que fortalecieron los alimentos en cantidad y calidad nutricional adecuada. Por lo tanto, se descubrió que las mujeres son protagonistas en la generación de Seguridad Alimentaria en la práctica del autoconsumo que se da en la Agricultura Familiar en el Asentamiento del Córrego Rico - São Paulo.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Autoconsumo; Seguridad Alimentaria; Mujeres.

INTRODUÇÃO

No presente estudo, a prática da Agricultura Familiar gerou Segurança Alimentar para os assentados, os quais puderam produzir e consumir alimentos caracterizados por uma diversidade nutricional. Abramovay (1992) ao conceituar a Agricultura Familiar, identifica a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vinculadas àqueles que mantêm entre si algum grau de parentesco, ou que sejam casados, como três características básicas para definir este tipo de agricultura. Wanderley (2014) aponta uma heterogeneidade socioeconômica na Agricultura Familiar, mas estabelece como uma de suas características, produtores agrícolas com vínculo a familiares e a grupos sociais que têm como referência o

patrimônio familiar. Esta autora indica que neste tipo de agricultura, as relações cotidianas e de trabalho são centradas pelos laços familiares e de vizinhança.

Conforme Pozzebon, Rambo e Gazolla (2018), nesta modalidade de agricultura, os alimentos consumidos pela família são produzidos por ela mesma, caracterizando assim, o autoconsumo. Diversos pesquisadores do autoconsumo na Agricultura Familiar, como Gazolla (2004), Gazolla e Schneider (2007), Grisa e Schneider (2008), Grisa, Gazolla e Schneider (2010), identificam três princípios da Segurança Alimentar atendidos com este tipo de produção: a qualidade nutricional dos alimentos (sem agrotóxicos, conhecimento da origem, formas de manejo e processamento), a valorização da cultura alimentar (preservação da bagagem histórico-cultural de um determinado local) e diversidade de alimentos (variabilidade de tipos de alimentos e presença de inúmeros componentes nutricionais, como vitaminas, proteínas, carboidratos, minerais). Nestas pesquisas, os autores mencionam que os agricultores interpretam a produção para autoconsumo como “superior aos alimentos comprados”, já que, geralmente, o autoconsumo é feito sem agrotóxicos e outros produtos químicos, enquanto os alimentos comprados são percebidos com certa desconfiança diante do desconhecimento de sua origem, das formas de manejo e processamento (GAZOLLA, 2004; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2008; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

A prática da Agricultura Familiar fortalece a Segurança Alimentar da comunidade de agricultores como um todo, pois os alimentos excedentes da produção familiar são vendidos, trocados ou doados para outros agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2008) ou para demais pessoas, fora da comunidade, que se interessam por produtos gerados por este modelo de agricultura, as quais a consideram como geradora de produtos com qualidade nutricional (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Carmo (1998) considera a Agricultura Familiar como o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, em função de suas características de produção diversificada, integrando atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas. A Agricultura Familiar concilia diversos tipos de manejo em harmonia com a natureza. Além disso, possui peculiaridades de gestão econômica que favorecem a prática agroecológica (ASSIS; ROMEIRO, 2005). A busca de sustentabilidade na agricultura possibilita o emprego de técnicas produtivas ecologicamente mais equilibradas, com menor uso de insumos industrializados, melhor manejo dos recursos naturais e diversificação dos produtos alimentares, garantindo assim uma alimentação de qualidade e quantidade (EHLERS, 1996).

A Agricultura Familiar pode gerar Segurança Alimentar para os membros do grupo doméstico, através da produção própria de alimentos - o autoconsumo alimentar. A produção para autoconsumo na agricultura familiar propicia alguns dos princípios da segurança alimentar para os membros do grupo doméstico, tal como definiu Maluf (2007) e Gazolla (2004). Assim, segundo esses autores, a prática do autoconsumo preenche alguns dos princípios da segurança alimentar que são: acesso e disponibilidade constante de alimentos, quantidades suficientes para a alimentação das famílias, a qualidade nutricional e o fornecimento de uma alimentação de acordo com os hábitos de consumo “arraigados” culturalmente.

A identificação dos fatores que colaboram para a Segurança Alimentar contribui para melhor focalização de políticas públicas, que visam combater o estado de má nutrição persistente no país, uma vez que aponta as direções e a importância dos efeitos de variáveis socioeconômicas sobre esse fenômeno (COSTA et al., 2014). Anand e Harris (1990) destacam a extensão da fome e da insegurança alimentar como um importante indicador do padrão de vida de uma sociedade. No Brasil, desde o início do século XX, o tema da segurança alimentar passou a contar com políticas públicas mais evidentes, principalmente voltadas para a política agrícola, sistemas de abastecimento, controle de preços, distribuição de alimentos, entre outros (BELIK, 2003). De acordo com o Índice Global de Segurança Alimentar, elaborado pela *Economist Intelligence Unit* (2012), há três pilares principais para a avaliação da Segurança Alimentar: a acessibilidade financeira, que oferece condições para a aquisição de alimentos, a disponibilidade e a qualidade dos alimentos disponíveis.

Há uma definição brasileira para Segurança Alimentar enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996. Esta definição, bastante ampla e completa, se constitui pelo princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, pela questão das quantidades suficientes e permanente e pela esfera da qualidade alimentar e nutricional das práticas alimentares saudáveis (MALUF, 2001).

A maioria dos estudos sobre Agricultura Familiar enfatiza os dados quantitativos relativos à renda monetária, gerada pela venda dos produtos cultivados neste modelo agrícola (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Conforme Gazolla e Schneider (2007) afirmam, a produção para autoconsumo, que se fortalece em muitas regiões rurais, ainda possui razões e significados desconhecidos ou mal-entendidos. A perspectiva de análise desta pesquisa liga-se à produção de alimentos, no contexto da Agricultura Familiar, para o autoconsumo, categoria também conhecida, como renda não-monetária (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Nesta pesquisa, a participação das mulheres na gestão da produção do autoconsumo, dado na Agricultura Familiar, foi fundamental para que a Segurança

Alimentar no assentamento fosse alcançada. Outros pesquisadores como Carrasco (2012) e Lopes Neto (2015) também perceberam a importância da gestão feminina na Agricultura Familiar. E estudos como de Melo e Di Sabbato (2009) destacaram a participação feminina no autoconsumo. Além disso, as mulheres desempenham papel de destaque na gestão de projetos agroecológicos nas comunidades rurais como observaram Hillenkamp e Nobre (2019).

Os objetivos desta pesquisa foram: analisar se a gestão feminina do autoconsumo, dado no contexto da Agricultura Familiar do Assentamento Rural de Córrego Rico, estado de São Paulo, promoveu o acesso das famílias estudadas à Segurança Alimentar; verificar se a experiência destas agricultoras na gestão do autoconsumo, na produção dos alimentos consumidos por suas famílias, fortaleceu a prática da Agricultura Familiar.

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO FEMININA DO AUTOCONSUMO NO ASSENTAMENTO DE CÓRREGO RICO - SP

Realizamos um estudo de caso sobre a importância da participação de 12 mulheres na produção de alimentos gerados na Agricultura Familiar e no autoconsumo capaz de fortalecer a Segurança Alimentar de suas famílias. Este tipo de metodologia é uma abordagem qualitativa, dotada de características essenciais como: a compreensão do pesquisador enquanto “instrumento-chave”, o ambiente como fonte direta dos dados/informações e a inexistência de tratamentos estatísticos. Os resultados da pesquisa são vistos integrados ao processo de pesquisa como um todo (GODOY, 1995; SILVA; MENEZES, 2005). O pesquisador privilegia a qualidade em uma variável ao invés de quantificá-la (MINAYO, 1994).

Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo, único e imerso no seu contexto, sendo que há complexidade e singularidade nas circunstâncias estudadas, as quais são mutáveis e fortemente politizadas”. Este estudo de caso investigou o fenômeno contemporâneo de autoconsumo, único e imerso no seu contexto da Agricultura Familiar, com a complexidade e singularidade do consumo de alimentos produzidos pelas famílias das mulheres do Assentamento Rural de Córrego Rico – estado de São Paulo.

Foram realizadas com as 12 agricultoras, participantes da pesquisa, entrevistas semiestruturadas, orientadas por questionários, conforme as orientações de Manzini (1991). Durante as entrevistas, foi empregada a observação do que estivesse relacionado às práticas cotidianas da agricultura (manejo, postura das agricultoras em relação ao seu papel na

gestão destas práticas e interação com a comunidade local). Conforme Marconi e Lakatos (2003), a observação, na coleta de dados, possibilita a obtenção de informações com o uso dos sentidos para obter certos aspectos da realidade pesquisada. Ainda, além de ver e ouvir, o observador examina os fatos a serem estudados. Gil (1999) define a observação como uma forma de compreender os fatos de forma direta, inexistindo intermediação, possibilitando que se consigam dados que não estejam presentes em questionários e entrevistas, por exemplo. Os dados também foram sistematizados através da observação da atuação das mulheres nas reuniões realizadas como representantes do assentamento estudado (encontros locais das mulheres para organização das feiras agroecológicas e presença das agricultoras em cursos de capacitação). A observação também foi empregada durante a participação das feiras agroecológicas das agricultoras entrevistadas.

Com essa metodologia descrita, foi possível identificar as categorias de alimentos produzidos e consumidos. Nos questionários foram caracterizados os tipos de alimentos produzidos para o autoconsumo empregados na alimentação, tais como: hortaliças, legumes, cereais, frutas, carnes, leite e derivados, ovos, temperos, doces e bebidas naturais. Conforme os alimentos foram mencionados pelas agricultoras nas entrevistas, realizou-se uma estimativa da categoria de alimentos que mais se destacaram. Já que foi perguntado às agricultoras quais as categorias de alimentos mais consumidos em um ano (hortaliças, legumes, cereais, frutas, carnes, leite e derivados, ovos, temperos, doces e bebidas naturais).

A percepção das agricultoras sobre a importância de sua participação no autoconsumo e na Agricultura Familiar foi identificada também através das respostas dadas nas entrevistas através da análise de conteúdo de acordo com os referenciais de Bardin (2007), seguindo-se as três etapas propostas por este autor. Na pré-análise foi realizada a preparação do material – transcrição das entrevistas – e sua leitura flutuante, que consiste em uma leitura profunda e repetida das transcrições, para permitir maior contato com o material e o conhecimento de seu conteúdo, ideias e conceitos. A segunda etapa, denominada exploração do material, consistiu na busca de palavras e ideias repetidas pelos entrevistados, e posteriormente, na terceira etapa, a identificação de unidades de registro, que, segundo Bardin (2007, p. 98), são as unidades de significação que correspondem ao “segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e análise frequencial”.

Os sujeitos pesquisados corresponderam a mulheres do Assentamento Rural de Córrego Rico - SP. Conforme Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011), este assentamento fica localizado no nordeste do estado de São Paulo a cerca de 10 km do município de Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto, em que a produção sucroalcooleira é

predominante quase que totalmente. Quanto à história da origem deste assentamento, estes autores mencionam que:

O projeto de assentamento Córrego Rico se originou da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico, em 29 de maio de 1998, que à época era administrado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ocuparam a referida área reivindicando-a para fins de reforma agrária (BORELLI FILHO; SOUZA; FERRANTE, 2011, p. 251).

Optou-se por entrevistar mulheres, pois, em algumas visitas prévias ao Assentamento de Córrego Rico, foi observado que atualmente estas agricultoras possuem liderança na gestão da produção do autoconsumo desta comunidade. Além disso, participam frequentemente de encontros locais, estaduais e nacionais voltados para a Agricultura Familiar, levam os alimentos produzidos pela comunidade para venda em feiras agroecológicas e realizam diversos cursos de capacitação. Além disso, as agricultoras entrevistadas formaram uma associação de mulheres agricultoras familiares para representar o assentamento tanto nas instâncias mencionadas como no pleiteio de melhorias junto a políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar. O estudo de literatura científica voltada para a temática da importância feminina na Agricultura Familiar também fortaleceu a opção por selecionar as agricultoras como entrevistadas.

O AUTOCONSUMO E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS AGRICULTORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA SEGURANÇA ALIMENTAR

A identificação das categorias de alimentos produzidos e consumidos pelas famílias das agricultoras demonstrou a contribuição do autoconsumo ao acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequadas, referenciais da Segurança Alimentar. Ou seja, o autoconsumo contribuiu para a Segurança Alimentar como uma importante prática da Agricultura Familiar. Esta identificação foi possível a partir da análise feita em relação às respostas das perguntas de cada uma das 12 agricultoras nas entrevistas realizadas na pesquisa.

Foi perguntada às agricultoras qual a categoria de alimento mais produzida e consumida em um ano pelas famílias. Para se obter uma classificação das categorias que se destacaram, foi considerada a soma das respostas das agricultoras para se identificar as categorias de alimentos mais produzidos e consumidos anualmente. Obtendo-se assim a

seguinte classificação: 1º. frutas; 2º. legumes; 3º. hortaliças e verduras; 4º. carnes e ovos; 5º. cereais e grãos; 6º. leite e derivados; 7º. temperos e especiarias; 8º. bebidas e sucos naturais e 9º. doces e bolos (Tabelas 1 a 9). Esta categorização informada nas Tabelas de 1 a 9 demonstra a Segurança Alimentar na comunidade estudada, de acordo com os referenciais do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014).

Tabela 1. Estimativa do consumo anual de frutas pelas famílias das agricultoras.

Fruta	Porcentagem
Limão	24%
Banana	21%
Mamão	16%
Abacate	8%
Manga	6%
Maracujá	6%
Acerola	5%
Coco	3%
Laranja	3%
Graviola	2%
Pupunha	2%
Goiaba	1%
Jabuticaba	1%
Jaca	1%
Mexerica	1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

As Tabelas 1 a 9 informam a porcentagem sobre a soma dos tipos de alimentos mais consumidos pelas famílias das agricultoras anualmente em relação a cada uma das categorias já mencionadas. Demonstram que a produção dos alimentos consumidos pela família é realizada pela própria família, caracterizando, assim, o autoconsumo familiar (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2007). As mulheres foram as responsáveis por este autoconsumo ocorrido na comunidade de assentados, promovendo a segurança alimentar. E pode-se verificar que ocorre uma variedade de produtos e de fontes de nutrientes importantes: frutas (Tabela 1), legumes (Tabela 2), hortaliças e verduras (Tabela 3), carnes e ovos (Tabela 4), cereais e grãos (Tabela 5), leite e derivados (Tabela 6), temperos e especiarias (Tabela 7), bebidas naturais, como sucos de frutas e caldo de cana (Tabela 8), doces e bolos feitos com os ingredientes aí produzidos (Tabela 9).

Tabela 2. Estimativa do consumo anual de legumes pelas famílias das agricultoras.

Legume	Porcentagem
Mandioca	28%
Abobrinha	21%
Abóbora	10%
Quiabo	10%
Berinjela	8%
Jiló	8%
Chuchu	5%
Tomate	3%
Inhame	2%
Pepino	2%
Açafrão	1%
Batata Doce	1%
Vagem	1%
Gengibre	0%
Pimentão	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além de consumirem estas categorias de alimentos, as famílias das agricultoras trocaram, doaram e venderam o excedente da produção para os demais membros do assentamento e em feiras agroecológicas. Estas práticas – troca, doação e venda – promovem também a Segurança Alimentar, garantindo acesso e qualidade à alimentação, o que também foi observado por Grisa e Schneider (2008).

As agricultoras têm a percepção que a Segurança Alimentar ocorre no autoconsumo, pois todas as entrevistadas consideraram os alimentos identificados, consumidos e produzidos como fundamentais para complementar a alimentação da família. Todas mencionaram também que estes alimentos apresentam a quantidade e a qualidade adequada, por serem diversificados e fontes de fortalecimento nutricional das refeições realizadas pelas famílias avaliadas (Tabelas 1 a 9). Morais e Casseb (2019) verificaram em sua pesquisa sobre assentamentos rurais que a valorização das práticas da Agricultura Familiar de acordo com a realidade local é capaz de “fortalecer a sua estrutura organizativa e desempenho produtivo”. E todas as entrevistadas valorizaram a prática do autoconsumo na Agricultura Familiar e seu potencial para este tipo de fortalecimento.

Tabela 3. Estimativa do consumo anual de hortaliças e verduras pelas famílias das agricultoras.

Hortaliça/Verdura	Porcentagem
Cheiro Verde	26%
Alface	23%
Couve	15%
Cebolinha	9%
Almeirão	6%
Repolho	6%
Maxixe	5%
Rúcula	5%
Brócolis	3%
Chicória	1%
Mostarda	1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4. Estimativa do consumo anual de carnes e ovos pelas famílias das agricultoras.

Carne/Ovo	Porcentagem
Ovos	46%
Frango	36%
Porco	11%
Banha de Porco	4%
Pato	2%
Peixe	1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 5. Estimativa do consumo anual de cereais e grãos pelas famílias das agricultoras.

Cereal/Grão	Porcentagem
Feijão	61%
Café	36%
Milho	3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Há uma diversidade de alimentos produzidos e consumidos gerada pelo autoconsumo e um fortalecimento da qualidade da alimentação de suas famílias, o que é apresentado nas Tabelas 1 a 9. Portanto, as agricultoras promovem os princípios da Segurança Alimentar, como o acesso a alimentos em quantidade e qualidades adequadas, já estudados por Gazolla (2004); Gazolla e Schneider (2007); Grisa e Schneider (2008); Grisa, Gazolla e Schneider (2010).

Tabela 6. Estimativa do consumo anual de leite e derivados pelas famílias das agricultoras.

Leite/Derivado	Porcentagem
Leite	55%
Requeijão	28%
Queijo	17%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 7. Estimativa do consumo anual de temperos naturais pelas famílias das agricultoras.

Tempero	Porcentagem
Colorau	38%
Coentro	37%
Pimenta	25%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 8. Estimativa do consumo anual de bebidas naturais pelas famílias das agricultoras.

Bebida	Porcentagem
Caldo de Cana	34%
Suco de Acerola	33%
Suco de Goiaba	33%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 9. Estimativa do consumo anual de doces feitos de ingredientes produzidos na agricultura familiar pelas famílias das agricultoras.

Doce	Porcentagem
Doce de Banana	33%
Banana Frita	17%
Doce de Abóbora	17%
Doce de Goiaba	17%
Bolo de Mandioca	16%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apresentados nas Tabelas de 1 a 9 configuram uma diversificação produtiva em território do agronegócio também apontada por Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011). Além disso, a produção diversificada desses alimentos é feita sem a adição de agrotóxicos, o que também gera qualidade nutricional. Quando questionadas sobre o que caracteriza a qualidade dos alimentos, 93% das mulheres responderam que a sua produção e consumo devem estar isentos de agrotóxicos. Pinto, Santos e Novais (2016) observaram em seu estudo sobre a percepção dos agricultores quanto à importância da sustentabilidade na sua prática produtiva que os agricultores consideram “o meio ambiente como algo a ser respeitado e cuidado”. Constataram ainda que este cuidado e este respeito promoveram a reconfiguração das práticas agrícolas, de maneira a atender às suas necessidades em equilíbrio com os ambientes locais da Agricultura Familiar, pois é

“conservando o local que se criam possibilidades de melhorar o cenário ambiental global”. Assim, a produção e consumo de alimentos livres de agrotóxicos no assentamento estudado implica em um cuidado com o bem-estar e qualidade de vida das famílias assentadas, ao mesmo tempo em que há um cuidado com o meio ambiente local com consequências geradoras de equilíbrio para o ambiente global.

No autoconsumo, como prática da Agricultura Familiar, se desenvolvem relações de venda, troca e doação da produção de alimentos excedente destinada para consumo, as quais geram valores monetários próprios e locais, conforme observado na pesquisa de Grisa e Schneider (2008). Os valores atribuídos aos alimentos do autoconsumo (produzidos e consumidos) são denominados de renda não-monetária, pois representam o quanto os agricultores deixam de gastar com este tipo de produção (GAZOLLA, 2004; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2008; GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010; PELINSKI et al., 2006). Das entrevistadas, 93% afirmaram que o dinheiro que deixa de ser gasto na compra dos alimentos que as suas famílias produzem (renda não-monetária) é empregado para a aquisição e compra de outros alimentos destinados às refeições diárias. A dimensão da importância desta contribuição pode ser complementada quando se relaciona a renda não-monetária (soma de valores em reais que deixam de serem gastos) com a produção própria dos alimentos em relação à sua renda mensal. Portanto, nas Tabelas 1 a 9 estão presentes dados que possibilitam relacionar o quanto se economiza com o autoconsumo definido pela produção e consumo das categorias de alimentos. Grisa e Schneider (2008), Hagemann (2015) e Bezerra e Schlindwein (2015) também observaram a contribuição da renda não-monetária na pesquisa realizada com agricultores familiares de forma semelhante. Estes autores também identificaram em seus trabalhos a diversidade de categorias de alimentos gerados pelo autoconsumo na Agricultura Familiar semelhantes àqueles identificados nas Tabelas 1 a 9.

Baiardi e Alencar (2013) apontam a diferença entre a lógica da produção da Agricultura Familiar e da Agricultura Convencional dada nos processos de produção, gestão e comercialização. A Agricultura Familiar tem referenciais que vão além da obtenção de lucros pelos agricultores, mas visam o bem-estar dos membros da família e da comunidade (CHAYANOV, 1981 apud GRISA; SCHNEIDER, 2008). Autores como Brandão (1981) e Cândido (2001) apontam a importância dos laços culturais perpetuados ao longo do tempo entre os agricultores e o seu vínculo com o campo.

O acesso das famílias das agricultoras a alimentos de qualidade nutricional (diversificados, fonte de inúmeros nutrientes e livres de agrotóxicos) proporcionado pela prática do autoconsumo na Agricultura Familiar, demonstrado nas Tabelas 1 a 9, está de

acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Neste documento, o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, ricos em nutrientes (vitaminas, proteínas, sais minerais, fibras, carboidratos, por exemplo), livres de aditivos químicos e agrotóxicos é enfatizado como fundamental para uma alimentação saudável. Assim, recomenda-se aí que “a alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”. No Guia Alimentar para a População Brasileira é possível destacar:

Alimentos *in natura* ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, são a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2014, p. 26).

Os alimentos *in natura* ou minimamente processados, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), são adquiridos diretamente dos vegetais ou de animais sem serem alterados artificial e quimicamente após serem extraídos da natureza (como por exemplo, hortaliças, legumes, frutas, raízes, tubérculos, ovos, carnes, leite e derivados). O processamento destes alimentos é considerado mínimo quando envolve métodos de higiene e preparação.

Oliveira e Jaime (2016) estudaram as inter-relações entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde preconizada no Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Entenderam, assim, que este documento, ao propor uma alimentação saudável, fortalece as bases sustentáveis da Agricultura Familiar, como fonte de produtos *in natura* ou minimamente processados, sem aditivos químicos capazes de alterar as características dos alimentos (forma, odor, coloração, sabor, por exemplo). Além disso, o próprio Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) aponta este modelo de agricultura como gerador de Segurança Alimentar, pois possibilita o acesso e o consumo de alimentos diversificados em nutrientes (vitaminas, proteínas, carboidratos, sais minerais, por exemplo) *in natura* ou minimamente processados, sejam eles de origem vegetal ou animal. Conforme Almeida et al. (2018), este guia indica que o consumo de alimentos frescos (*in natura* ou minimamente processados) seja priorizado em prol de uma alimentação saudável e também capaz de contribuir para minimizar os efeitos negativos socioambientais do sistema convencional da produção de alimentos. Na presente pesquisa é apresentada a importância da Agricultura Familiar como geradora de Segurança Alimentar, ou seja, promotora de acesso a alimentos de qualidade nutricional, conforme as recomendações de alimentação saudável do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Além dos alimentos consumidos pelas agricultoras, os quais foram apresentados nas Tabelas 1 a 9 estarem de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), é possível estabelecer um paralelo com as premissas do documento “Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025)”, apresentado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN, 2015). Oliveira e Jaime (2016) ao estudarem a agricultura como promotora de Segurança Alimentar afirmam que: “o Guia Alimentar propõe a produção social da saúde na interação entre as noções de alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural” (OLIVEIRA; JAIME, 2016, p. 1).

Outro referencial importante relacionado à produção e consumo dos alimentos descritos é a Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o qual estabelece “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018, p. 4). Assim, neste estudo, foi possível constatar que a prática do autoconsumo na Agricultura Familiar pelas agricultoras promove o acesso de seus familiares a alimentos de qualidade nutricional e livres de agrotóxicos (alimentos *in natura* e minimamente processados), conforme orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). O reconhecimento de que atuam em uma importante prática da Agricultura Familiar – o autoconsumo – capaz de gerar Segurança Alimentar pôde contribuir para que as agricultoras entendessem a importância da gestão feminina neste contexto estudado.

Na experiência das mulheres do Assentamento de Córrego Rico (São Paulo) foi tecida uma gestão do cuidado e as premissas de Boff (1999) do “saber cuidar” emergem aqui como uma redefinição dos padrões masculinos da produção e comercialização. Mulheres que sabem cuidar da sua terra, das suas plantas e animais, da sua produção agrícola, delas mesmas e do planeta. E a dialética desta gestão feminina do cuidado na organização familiar rural estudada pressupôs um abandono. Ou seja, homens da família delegaram ou deixaram a gestão do quintal, do autoconsumo, para as mulheres. E as mulheres ocuparam este espaço e, através da sua gestão no autoconsumo, passaram a cuidar da economia doméstica e das finanças com saldo positivo para a Agricultura Familiar e a Segurança Familiar. A mulher trabalhadora rural foi protagonista na busca pelo uso do campo e da agricultura, conforme também observaram Duarte e García (2015). Pesquisas realizadas por Carrasco (2012), Hillenkamp e Nobre (2019), Lopes Neto (2015) e Melo e Di Sabbato (2009) destacaram experiências semelhantes ao presente estudo, quanto à participação feminina no autoconsumo e Agricultura Familiar. Houve empoderamento através da auto-organização, da participação política, do protagonismo destas mulheres,

conforme os referenciais de Moser (1999). No autoconsumo, conforme Cisne (2015) relata, as mulheres se expressam e se auto-organizam, enquanto que os homens não têm estas iniciativas. A imposição de papéis menores geralmente dados às mulheres na família cede lugar à ocupação de novos espaços na gestão da produção pelas mulheres (LOPES NETO, 2015).

As agricultoras participantes da pesquisa se envolveram na gestão do autoconsumo e perceberam a importância de sua atuação na geração de Segurança Alimentar para a sua família. Houve uma dinâmica de saberes envolvidos nesta gestão feminina: desde o manejo das plantas e animais no assentamento até a contabilização de custos e investimentos neste tipo de produção. Quando estas agricultoras participaram do processo de comercialização dos produtos excedentes do autoconsumo nas feiras agroecológicas puderam mais uma vez perceber a importância de sua atuação e gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autoconsumo do assentamento estudado é destinado às mulheres como um tipo de trabalho desvalorizado pelos homens da comunidade. No entanto, essa prática da Agricultura Familiar é ressignificada como um lugar de empoderamento e geração de autonomia econômica femininas. As agricultoras do Assentamento de Córrego Rico são responsáveis pela gestão da produção de uma variedade de alimentos, como hortaliças, verduras, legumes, frutas, cereais, carnes, ovos, leite, queijos, doces e sucos naturais. A produção destes alimentos consumidos pelas suas famílias contribui para a aquisição de outros gêneros alimentícios com a renda economizada neste tipo de produção. Além disso, estas mulheres produzem uma rica diversidade de tipos de alimentos, os quais são consumidos, vendidos, trocados e doados. Estas práticas promovem um fluxo dinâmico de acesso à Segurança Alimentar e valorização da Agricultura Familiar em sua comunidade como um todo.

As mulheres são responsáveis pela gestão da venda dos alimentos excedentes da produção para o autoconsumo nas feiras agroecológicas. Desta forma, esses produtos chegam até os centros urbanos das cidades vizinhas do assentamento através de um circuito curto de comercialização, o qual também fortalece a liderança e empoderamento feminino na Agricultura Familiar na comunidade estudada.

Assim, a liderança destas agricultoras na prática do autoconsumo gera o fortalecimento da alimentação das famílias locais em quantidade e qualidade nutricionais adequadas. Esta dinâmica, fortalecedora da Segurança Alimentar e da Agricultura Familiar

no assentamento estudado, é um forte indicativo de que as premissas em prol de uma qualidade de vida socioambiental propostas pela Agenda 2030 podem ser vivenciadas na realidade. Além disso, a qualidade de uma alimentação que propicia Segurança Alimentar defendida pelo Guia Alimentar para a População Brasileira é desfrutada pelos moradores do assentamento estudado. E a vivência prática destes referenciais importantes – Agenda 2030 e Guia Alimentar para a População Brasileira – é possibilitada por uma liderança feminina na Agricultura Familiar.

É importante lembrar que o Assentamento de Córrego Rico é localizado em uma região de monocultura canavieira paulista de forte expressão no agronegócio sucroalcooleiro paulista e nacional. No entanto, a experiência de uma Agricultura Familiar desenvolvida a partir de parâmetros sustentáveis, relatada neste trabalho, aponta para uma forte resistência a esse tipo de agricultura convencional, liderada por mulheres agricultoras capazes de promover a Segurança Alimentar de sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 29-49.

ALMEIDA, J. C. [et al.]. Guia alimentar para a população brasileira: complementação por meio de representações gráficas. **Rev. Bras. Obes.**, São Paulo, v. 12, n. 71, p. 316-328, maio/jun. 2018.

ANAND, S.; HARRIS, C. J. Food and standard of living: an analysis based on Sri Lankan data. In: DREZE, J. P.; SEN, A. K. (Ed.). **The political economy of hunger**. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 297-350.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 01, p. 155-177, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2007.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 45-62, 2014.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORELLI FILHO, D.; SOUZA, J. G. de; FERRANTE, V. L. S. B. O sistema produtivo do Assentamento Córrego Rico, Jaboticabal-SP: diversificação produtiva em território do agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, p. 243-264, jan. 2011.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAISAN. **Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025)**. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita**: proposta e novos indicadores com base nas experiências das mulheres. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2012.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLEKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COSTA, L. V. [et al.]. Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. **Economia e Sociologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 373-394, ago. 2014.

DUARTE, G. L.; GARCÍA, M. F. Movimento de mulheres trabalhadoras no estado do Paraíba: gênero e autonomia. **InterEspaço: Revista Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú-MA, v. 1, n. 3, p. 132-151, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n3p132-151>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Global Food Security Index**. Disponível em: <<http://foodsecurityindex.eiu.com>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul./dez. 2010.

HAGEMANN, J. **Produzir para o Autoconsumo**: uma análise da agricultura familiar no município de Teutônia, RS. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES, 2015.

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 167-194, 2019.

LOPES NETO, A. A. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. **Agriculturas**, v. 12, n. 4, p. 42-47, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: DI SABBATO, A. [et al.] (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

MORAIS, I. J. D.; CASSEB, B. D. O papel da estrutura organizativa no desempenho produtivo de assentados de reforma agrária no Maranhão. **InterEspaço: Revista Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú-MA, v. 5, n. 16, p. 01-21, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.2019.6834>>. Acesso em: 19 out. 2019.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In: PORTELA, A. P.; GOUVEIA, T. **Ideias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999. p. 213-221.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **A Agenda 2030**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

OLIVEIRA, N. R. F. de; JAIME, P. C. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1108-1121, 2016.

PELINSKI, A. [et al.]. **Auto consumo**: sua relevância na sustentabilidade da agricultura familiar agroecológica. Curitiba: Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, 2006.

PINTO, B. L.; SANTOS, J. A.; NOVAIS, M. P. Percepção ambiental dos agricultores familiares e o uso dos recursos naturais do município de São Domingos – Semiárido Baiano. **InterEspaço: Revista Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú-MA, v. 2, n.5, p. 400-423, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p400-423>>. Acesso em: 19 out. 2019.

POZZEBON, L.; RAMBO, A.; GAZOLLA, M. As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405-441, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p.

WANDERLEY, M. N. B.. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Como citar este artigo:

ABNT

CAMINHAS, A. M. T. A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de São Paulo. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, e202013, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202013>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

APA:

Caminhas, A. M. T. A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de São Paulo. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, e202013. Recuperado em 25 janeiro, 2020, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202013>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2020, Universidade Federal do Maranhão.

